

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.331 - RJ (2020/0028524-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO CASSANO JUNIOR - RJ088533**  
**FREDERICO ANJOS DE FIGUEIREDO - RJ137266**  
**AGRAVADO : FRANCISCO GAMA GOMES FILHO**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO AERUS DE SEGURIDADE SOCIAL EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL AÇÃO AJUIZADA E PROFERIDO DESPACHO CITATÓRIO NO ANO DE 2010 AUSÊNCIA DE CITAÇÃO APESAR DE DIVERSAS TENTATIVAS CARTAS PRECATÓRIAS E OFÍCIOS EXPEDIDOS JUDICIÁRIO QUE ATUOU DE FORMA DILIGENTE AUTOR QUE NÃO TOMOU AS PROVIDÊNCIAS QUE LHE CABIAM A FIM DE POSSIBILITAR A CITAÇÃO TENDO O FEITO PERMANECIDO POR DIVERSAS VEZES PARALISADO POR MESES SENDO INTIMADO O AUTOR PARA QUE DESSE ANDAMENTO AO FEITO NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUE SE IMPÕE EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECURSO CONHECIDO E NAO PROVIDO

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 240 do CC, no que concerne à ocorrência de prescrição, trazendo os seguintes argumentos:

A redação inserta no art 240, e paragrafos, do Código de Processo civil, se mostra estreme de dúvidas quanto a esse aspecto, senão vejamos: (fls. 322).

[...] (fls. 322).

Note-se que o paragrafo 2 ° ,acima transcrito, exige do autor que este adote medidas direcionadas à citação para que possa se valer do efeito retroativo da mesma à data da propositura da ação, e não que efetivamente a promova. (fls. 323).

[...] (fls. 323).

**Em paralelo, é de se frisar que a parte autora, apelante, não se manteve inerte e/ou desidiosa, posto que tentou por diversas formas localizar o endereço do réu para fins de citação.** Tal comportamento obsta seja reconhecida a prescrição intercorrente alicerçada somente na demora quanto à triangularização processual. A doutrina, inclusive corrobora com o entendimento jurisprudencial acima transcrito, senão vejamos: (fls. 327).

[...] (fls. 327).

Pontue-se que o fato de o apelado - devedor - não atualizar seu endereço no banco de cadastros do instituto apelante, faz com que este seja obrigado a promover diversas pesquisas junto a órgãos conveniados a esse EG TJ/RJ, expeça precatórias, enfim, adote diversas diligências com tal desiderato, o que, à evidência, requer tempo para sua conclusão. (fls. 328).

A negligência do devedor em promover sua atualização cadastral não pode lhe servir como instrumento de esquiva ante suas obrigações contratuais, sob pena de se beneficiar de sua própria torpeza, o que vai de encontro ao princípio do nosso consagrado ordenamento jurídico. (fls. 328).

Note-se que as diligências efetivadas com vistas à citação do apelado, naturalmente demandaram tempo para serem concluídas e isso, consoante já demonstrado através das jurisprudências acima colacionadas, não pode servir como prêmio ao devedor, consubstanciado na declaração da prescrição intercorrente da pretensão deduzida em uma ação de cobrança. (fls. 328).

Logo, considerando que o ora recorrente veio diligenciando no intuito de citar o réu, ora recorrido, não há que se falar em prescrição intercorrente. Nessas condições, **postula o recorrente pela reforma do v. acórdão, de modo que seja afastada a ocorrência da prescrição de qualquer das parcelas integrantes do contrato de mutuo firmado entre as partes.** (fls. 328).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do 206, I, § 5º, do CC.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Na hipótese, há relação contratual de trato sucessivo, razão pela qual a prescrição começa a fluir a partir do vencimento de cada parcela. Observa-se que a última prestação venceu em 05/2005, de modo que todas as prestações já estavam prescritas quando ajuizada a ação, com exceção da última.

**Foram diversas as tentativas de localização da parte ré, com cartas precatórias e ofícios expedidos, porém todas as diligências restaram frustradas, seguindo o feito em trâmite inutilmente.**

**Impõe-se o reconhecimento da prescrição, uma vez que, apesar de todos os esforços implementados pelo Judiciário, não ocorreu a citação, de modo que não houve a interrupção do prazo prescricional**

**na hipótese. Nesse contexto, deve-se levar em conta, ainda, o princípio da razoável duração do processo.**

[...]

Não se efetivando a citação no prazo legal, somente haveria a interrupção da prescrição, com efeitos retroativos à data da propositura da ação, se verificado que a demora se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, a teor da Súmula 106 do STJ. **Se o mandado citatório não foi cumprido por impossibilidade de se localizar o réu, o efeito interruptivo da prescrição não pode operar, tendo em vista que não houve inércia cartorária e já transcorrido lapso temporal excessivamente superior ao previsto na lei.**

**Portanto, não tendo ocorrido a citação até o presente momento e não havendo demora imputável à administração judiciária, não opera a interrupção da prescrição, conforme se depreende dos artigos 219, § 2º e 4º, do CPC/1973 e 240, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.**

Vale dizer que a interrupção da prescrição, que se dá com o despacho que ordena a citação, depende de providências a cargo do autor, sob pena de não ocorrer. Isso porque, como bem destacou o parecer do Ministério Público, compete ao autor da demanda zelar pelo andamento regular do que lhe interessa.

**A parte autora, ora apelante, contudo, não cumpriu com o seu dever de tomar as providências que lhe cabiam a fim de possibilitar a citação, mas, ao invés, mostrou atuar, por diversas vezes, de forma morosa e deixando o feito paralisado por meses, tendo que ser intimada para dar andamento ao processo.**

**Considerando que a citação não foi efetivada no prazo legal apesar de o Judiciário ter atuado de forma diligente, bem como não tendo a parte autora cumprido com o seu dever de ajudar nas providências para a ocorrência da citação, resta evidente a impossibilidade de o despacho operar o efeito interruptivo do prazo prescricional no caso em tela. Dessa forma, deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição na hipótese, com a extinção do processo com resolução de mérito, na forma do artigo 487, II, do CPC.**

Logo, deve ser mantida a sentença de extinção do processo com resolução de mérito ante o reconhecimento da prescrição (fls. 291/293).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente